



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 86054-6 – Comarca de Rio Formoso

Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Apelada: Maria das Graças Araújo Hacker.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE IMPROBIDADE. GESTORA MUNICIPAL. IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS. AÇÕES CULPOSAS. RESSARCIMENTO RATIFICADO. CUMULAÇÃO DE PERDA DO CARGO PÚBLICO. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Apelo originariamente desprovido com manutenção da condenação da apelada ao pagamento da multa fixada na sentença. 2. Recurso especial provido em parte para seguimento do julgamento com aplicação à apelada de alguma das sanções previstas no art. 12, II, da Lei nº 8.429/92. 3. Considerando que a apelada praticou irregularidades administrativas enquanto gestora da municipalidade do Rio Formoso, porém admitiu o ressarcimento imposto, além de não constar dos autos qualquer indício de locupletamento ilícito em qualquer das hipóteses configuradas, seja por parte da mesma, seja por terceiros em tese beneficiários, foi, em complemento ao ressarcimento já determinado pelo juízo primário e ratificado em última instância, à mesma aplicada a pena de perda do cargo público em exercício, nos termos do art. 12, II, da Lei nº 8.429/92, mediante comunicação oportuna. 4. Apelo provido parcialmente. 5. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de apelação cível nº 86054-6, acima referenciados, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em dar-lhe provimento parcial, nos termos dos votos, da ementa supra e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 21 de 03 de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Apelação cível nº 86054-6 – Comarca de Rio Formoso

Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Apelada: Maria das Graças Araújo Hacker.

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação diante de sentença que julgou parcialmente procedente ação civil de improbidade aforada pelo Ministério Público estadual em face de Maria das Graças Araújo Hacker, então Prefeita do Município de Rio Formoso, condenando a apelada ao pagamento de multa em valor estipulado, com os acréscimos de lei.

Em suas razões, de fls. 733/744, insiste Órgão Ministerial no cabimento da reforma do julgado, para que seja acrescida à condenação as implicações constantes dos arts. 10, V e VIII, 11 e 12 da Lei nº 8.429/92, diante das alegadas práticas de atos de improbidade, prequestionando eventual malferimento do contido nos arts. 37, XXI, 70, 71, I e II e §§ 3º e 4º, e 75 da CF; 21, § 2º, IV, 22, 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/93; 17, II, "b" e "c", da Lei nº 10.651/91, e 2º, 4º, 10, I e VIII, 11, 12 e 21 da Lei nº 8.429/92.

Contrariedade de fls. 749/752, pelo improvimento do apelo.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça, de fls. 776/777, pelo provimento do apelo.

Foi proferida decisão monocrática terminativa do apelo, da qual recorreu o apelante através de recurso de agravo, o qual restou improvido.

Do acórdão deste agravo, o aqui apelante interpôs recurso especial, o qual foi provido pelo STF, determinando que seja aplicada à apelada, além do ressarcimento declarado, a sanção que se entender cabível dentre as previstas no art. 12, II, da Lei nº 8.625/93.

Autos conclusos após diligência realizada.

À douta revisão.

Recife, 24 de janeiro de 2012

Des. Ricardo Paes Barreto

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

Apelação cível nº 86054-6 – Comarca de Rio Formoso
Apelante: Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Apelada: Maria das Graças Araújo Hacker.

VOTO

Na ação de origem se buscou a declaração de que a apelada, então Prefeita do Município de Rio Formoso, teria praticado atos de improbidade administrativa capazes de ensejar implicações políticas e administrativas outras, além da aplicação da multa fixada na sentença.

Da leitura da peça recursal, de certa forma confusa no seu arrazoadado, depreende-se que ditas doações sem discriminação dos beneficiários, despesas sem prévio procedimento licitatório regular e despesas irregulares com excesso de gastos em obras e serviços de engenharia, conforme documentação que fez juntar aos autos, infringindo as normas de regência explicitadas, redundaria na aplicação das sanções previstas no art. 12 da Lei nº 8.429/92.

Em terminativa proferida anteriormente, posteriormente ratificada em juízo de integração no agravo apensado, entendeu-se nos mesmos termos do que bem exposto no julgado ora revisado, no sentido de que não obstante caracterizadas irregularidades administrativas imputáveis à apelada, enquanto gestora daquela municipalidade, além da realização dos serviços e aquisição da mercadoria relativamente aos atos questionados, não haveria nenhuma indicação de ação dolosa ou de locupletamento ilícito seja por parte da mesma, seja por terceiros em tese beneficiários, de modo que não aplicáveis à espécie os arts. 10, 11 e 12, II ou mesmo III, da Lei nº 8.429/92.

Registrou-se, ainda, que se aparentava razoável a condenação de apelada na multa fixada pelo juízo de origem, em decisão bem fundamentada, capaz de puni-la por não observar estritamente a legalidade dos procedimentos administrativos sob sua gestão, e, ainda, de servir como exemplo à população daquela localidade como um todo.

Foram citados reiterados precedentes do STJ no sentido posto, porém do acórdão improvido o agravo interno apensado, recorreu o aqui apelante, obtendo do STJ provimento parcial ao recurso especial interposto, determinando aquela Corte Superior que este colégio aplique à apelada alguma das sanções previstas no art. 12, II, da Lei nº 8.429/92, não obstante a regra de devolutividade prevista no art. 515 do CPC, já que esta Corte teria exaurido sua prestação jurisdicional.

Prescrevem os citados artigo e inciso, *verbis*:

~

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.

Assim sendo, e também em atenção ao princípio da hierarquia, necessário se faz sopesar os fatos para aplicação da sanção adequada à apelada por suas ações culposas.

Neste sentido, e conforme já exposto, visualizo que realmente a apelada praticou irregularidades administrativas enquanto gestora da municipalidade de Rio Formoso, porém a mesma admitiu o ressarcimento imposto, além de não constar dos autos qualquer indício de locupletamento ilícito em qualquer das hipóteses configuradas, seja por parte da mesma, seja por terceiros em tese beneficiários.

Desse modo, e em complemento ao ressarcimento já determinado pelo juízo primário e ratificado em última instância, voto no sentido de aplicar à apelada a pena de perda do cargo público que estiver exercendo atualmente, nos termos do art. 12, II, da Lei nº 8.429/92, ou seja, aquele indicado no expediente de fls. 817, mediante oportuna comunicação ao Prefeito do Município de Tamandaré.

É como voto
Recife, 21 de 03 de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 086054-6

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: Maria das Graças Araújo Hacker

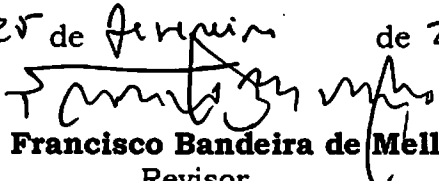
RELATOR: Des. Ricardo Paes Barreto

REVISOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

DESPACHO

Processo revisto. Inclua-se em pauta.

Recife, 25 de fevereiro de 2013.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Revisor